

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS – IFTO

EVASÃO, RETENÇÃO: UMA ANÁLISE DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E
AGRONEGÓCIO DO IFTO-CAMPUS PALMAS

Autor:

PABLYNE CAVALCANTE DE ALENCAR

PALMAS, TO
2017

PABLYNE CAVALCANTE DE ALENCAR

**EVASÃO, RETENÇÃO: UMA ANÁLISE DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E
AGRONEGÓCIO DO IFTO-CAMPUS PALMAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso como requisito final para
obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão
Pública do Curso Superior de Gestão Pública do
Instituto Federal do Tocantins, *Campus* Palmas

Orientador: Prof. Dr. Frank Toshimi Tamba

PALMAS, TO

2017

Alencar, Pablyne Cavalcante

Evasão, Retenção: Uma Análise do Curso de Gestão Pública e Agronegócio do IFTO- *Campus* Palmas/ Pablyne Cavalcante de Alencar – Palmas 2017, 50 Fls.

Monografia: (Tecnólogo em Gestão Pública) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, ano 2017.

Orientador: Dr. FRANK TOSHIMI TAMBA

1. Evasão. 2. Retenção. 3. CST Gestão Pública. 4. CST Agronegócio I Título.

**EVASÃO, RETENÇÃO: UMA ANÁLISE DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E
AGRONEGÓCIO DO IFTO- *CAMPUS* PALMAS**

PABLYNE CAVALCANTE DE ALENCAR

Aprovado em ____ / ____ / 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Dr. Frank Toshimi Tamba
IFTO - *campus* Palmas

Prof.^a. Mestre Ana Carolina Nogueira Falcão
IFTO - *campus* Palmas

Prof.^a Carla Simone Burdzinski
IFTO - *campus* Palmas

A minha mãe, Santana Cavalcante de Alencar, pelo carinho, apoio e atenção onde encontrei forças para chegar ao meu objetivo.

Ao meu pai, Pedro Feitosa de Alencar, e minha irmã, Pablyana Cavalcante, pelo total incentivo na busca por meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Agradeço a minha mãe *Santana Cavalcante*, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

A minha irmã Pablyana, pelo incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu pai *Pedro* que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e que para mim foi muito importante.

Ao professor Frank Toshimi, pela orientação, apoio e confiança.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ODP - Organização Didático Pedagógica

CEFETs - Centros de Educação Profissional e Tecnológica

ETFs – Escolas Técnicas Federais

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

IES – Instituição de Ensino Superior

MEC - Ministério da Educação e Cultura

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

ETF – Escola Técnica Federal

CST – Curso Superior de Tecnologia

DOU – Diário Oficial da União

CFA – Conselho Federal de Administração

CRA – Conselho Regional de Administração

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 01. Evolução do número de estudantes matriculados	31
Gráfico 02. Evolução do número de estudantes matriculados: CST Agronegócio ..	32
Gráfico 03. Evolução acumulada da evasão no período	34
Gráfico 04: Evasão acumulada de 2009 a 2016. CST Agronegócio	36
Grafico 05. Sexo alunos evadidos CST Gestão Pública	37
Grafico 06. Estado Civil alunos evadidos CST Gestão Pública.....	37
Grafico 07. Alunos evadidos CST Gestão Pública/Faixa etária.....	38
Grafico 08. Sexo alunos evadidos CST Agronegócio.....	38
Grafico 09. Estado Civil do alunos evadidos CST Agronegócio	39
Grafico 10. Faixa Etária dos alunos evadidos CST Agronegócio	39
Gráfico11: Índice formandos em Gestão Pública	41
Gráfico12: Índice formandos em Agronegócio	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Problematização	13
1.2. Justificativa	13
1.3. Objetivos	14
1.3.1 Objetivo geral	14
1.3.2 Objetivos específicos	14
2. FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS	15
2.1 A evasão no ensino superior	15
2.1.1 Tipos de evasão	17
2.1.2 Causas da evasão	19
2.2 Retenção	21
2. METODOLOGIA	23
3. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS	26
3.1. Do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	27
3.2. Do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio	28
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
4.1. Da oferta de vagas	29
4.2. Alunos ingressantes	30
4.3. Dos Índices de Evasão	33
4.3.1. Do perfil dos alunos evadidos	36
4.4. Dos concluintes	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6. REFERENCIAS	47

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o contexto do processo de evasão no ensino superior, de modo a estabelecer a questão de pesquisa, os objetivos e a justificativa do estudo.

Na atualidade, a evasão e a retenção são umas das questões mais importantes a serem investigadas pelas instituições públicas e privadas de ensino superior no Brasil. O abandono do curso por parte do aluno gera desperdícios financeiros, sociais e acadêmicos, assim como sua permanência prolongada.

Pode-se mensurar a evasão de uma instituição de ensino superior ou de um curso, desde que se tenham os dados e informações pertinentes. No contexto deste trabalho, a evasão foi analisada em dois dos dez cursos superiores oferecidos pelo IFTO *campus*-Palmas.

Numa Instituição de Ensino Superior privada, a evasão tem como consequência a redução imediata de receita, uma vez que os evadidos deixam de contribuir com as mensalidades, e não só estes pois há os inadimplentes.

Já nas instituições públicas, o desperdício financeiro também se verifica, na medida em que o recurso é investido sem o devido retorno social, uma vez que são alocados em professores, funcionários, equipamentos e espaço físico cuja capacidade deixa de ser aproveitada em sua plenitude (SILVA FILHO et all. 2007).

Dentro deste cenário o IFTO apresenta números quantitativamente de estudantes que abandonam a sala de aula que merecem uma atenção mais delicada. Os quais não conseguem concluir o curso dentro do período previsto para a integralização.

Segundo relatório da Comissão de Superação da Evasão e Retenção do IFTO no ano de 2014 o *campus* Palmas apresentou índice de retenção do fluxo escolar de 41,10%.(IFTO, 2014)

Em 2016 fora realizado pela Comissão de Ações para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFTO, designada pelo reitor, conforme encaminhamento da Nota

Informativa 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC um novo relatório o qual faz referência aos anos de 2011 à 2014 com intuito de construir um Plano Estratégico de Ações para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFTO, o qual constatou um aumento significativo de evasão em todos os *campis*.

A retenção, permanência prolongada do aluno no curso, se dar por diversos fatores, dos quais podemos inferir as reprovações e os trancamentos de curso, além do atraso voluntário por parte do aluno no cumprimento da carga horaria da matriz curricular. O fato de iniciar, mas não concluir a graduação também gera custos ao aluno, pois os recursos pessoais investidos poderiam ter sido alocados em outras atividades e traria retornos, ainda que inferior àquele obtido com a conclusão do curso superior.

A conclusão do curso superior relaciona-se com o crescimento da expectativa de vida, à melhoria na mobilidade pessoal e profissional, ao crescimento do *status* social, ao aumento da prática de atividades de lazer, ao aumento da qualidade de vida dos filhos e à diminuição do risco de desemprego (NES; EVANS; SEGERSTROM, 2009; ORTIZ; DEHON, 2013)

Tanto a evasão quanto a retenção precisam ser vistas como um grave problema no processo de ensino, tanto para o estudante, por acarretar prejuízos de ordem pessoal, profissional e financeira; quanto para o IFTO por comprometer a eficiência e eficácia do sistema e também para a sociedade que deixa de receber futuro profissional para atender as demandas da população.

A evasão estudantil no ensino superior é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. (FILHO et al, 2007, p. 642).

De acordo com Queiroz (2002), a evasão pode ocorrer devido a fatores externos, tais como: trabalho, desigualdades sociais, a família; como também fatores internos, como: a instituição de ensino, a linguagem e o professor entre outros.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foi o marco para o aumento da oferta de cursos de nível superior no Brasil. Nela também trouxe expressa a preocupação com a evasão dos acadêmicos.

Nas últimas décadas a educação vem sofrendo grandes transformações no Brasil a partir dos programas educacionais implantados pelas políticas públicas da educação superior de abrangência nacional. Dentre eles destaca-se a lei de criação dos Institutos Federais. Com o advento da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, absorvendo antigas Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Centros de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs).

Diante da criação dos institutos federais destacamos sua posição de equiparação às universidades federais. Segundo TAVARES (2012, p.9) estas instituições:

(...) passam a concorrer com as universidades federais na oferta de Ensino Superior público e gratuito. O diferencial em relação às universidades, segundo a SETEC¹, é a priorização da oferta de cursos superiores de licenciatura (formação de professores) e cursos de bacharelado e de tecnologia em áreas consideradas estratégicas, do ponto de vista econômico.

Posto assim o problema, sobre a evasão e retenção, no caso em tela em especial nos cursos de Gestão Pública e Agronegócio do IFTO, procurou-se fazer uma análise quantitativa dentro desta realidade. Segundo mostra os relatórios da Comissão de Superação da Evasão e Retenção e da Comissão de Ações para Permanência e Êxito dos Estudantes o IFTO apresenta números delicadíssimos sobre a quantidade de estudantes que abandonam a sala de aula (evasão) ou que não conseguem cumprir o percurso formativo no tempo adequado fenômeno chamado de retenção.

1 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

1.1 Problemática

Diante dessa realidade indaga-se, atualmente qual é o índice de alunos evadidos e retidos nos cursos de Gestão Pública e Agronegócios do IFTO *Campus* Palmas, entre 2011 a 2016?

1.2 Justificativa

Cientes da problemática que envolve a evasão no ensino superior, essa pesquisa parte do pressuposto de que o seu principal produto será informação, item este que é bastante útil para a avaliação dos programas educacionais e útil no sentido de esclarecer e orientar os gestores educacionais nas tomadas de decisão.

Segundo o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO (2013), “caberá ao campus à elaboração de programas de progressão parcial para fins de correção de distorção idade/série, evasão e repetência”². Deste modo esta pesquisa pretende contribuir para uma melhor compreensão acerca das causas da evasão, o que pode vir a ser bastante útil no processo de tomada de decisões da instituição e das coordenações dos cursos a serem analisados.

Essa pesquisa nasce da preocupação com perdas que são acarretadas pelo abandono dos cursos superiores por parte dos acadêmicos, em especial nas IES públicas, por gerar desperdícios de recursos e gerar impacto, ainda que indireto, a toda sociedade, na medida em que representa uma alocação ineficiente de recursos governamentais.

Sua relevância justifica-se na importância social que envolve o tema. O problema da evasão também afeta a sociedade por gerar altos custos aos cofres públicos, perda de incentivos por parte das empresas privadas e o mercado de trabalho. Segundo Silva (2009):

² Resolução nº 23/2015/CONSUP/IFTO, de 25 de junho de 2015.

Não obstante, vale mencionar que, na ocorrência de evasão, provoca, também, a ineficiência na oferta de vagas na IES, já que quando um discente ingressa e não termina o curso, retirou de outro cidadão a oportunidade de um ensino superior de qualidade e gratuito.

Esta é uma oportunidade ímpar para aumentar o conhecimento sobre o tema evasão no ensino superior e sobre sua realidade dá nos cursos superiores de Gestão Pública e Agronegócio do IFTO. Poder-se-á abrir caminhos para a resolução de um problema de natureza econômica e, também, social.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Identificar os índices associados à evasão e retenção dos estudantes dos cursos de graduação de Gestão Pública e Agronegócio do IFTO campus Palmas, no período de 2011 a 2016.

1.3.2 Específicos

- Sintetizar a evasão e retenção acadêmica nos cursos superiores, bem como, suas características;
- Identificar o tempo médio de conclusão dos cursos;
- Caracterizar os perfis dos alunos evadidos/retidos nos cursos Agronegócio e Gestão Pública.

2. FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

2.1 A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

Para realizar o estudo sobre a evasão foi essencial realizar revisar os seus conceitos e definições, pois, a literatura apresenta um quadro bastante diverso de definições. É um fenômeno que possui variáveis internas e externas ao estudante e à instituição (TONTINI; WALTER, 2014).

A evasão ocorre por meio do abandono do curso por parte dos discentes. As prováveis causas ocorrem quando os alunos se deparam com dificuldades ou mudanças e é obrigado a deixar o curso.

A escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionado por características individuais, por fatores sociais ou familiares, por características do sistema escolar ou pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante. (DORE 2013, p 15).

Essa complexidade que abrange o objeto de estudo desta pesquisa é destacada por Gomes (2000, p. 90) “[...] o ato de evadir, escapar, abandonar, mas sim a um amplo contexto com múltiplas facetas, nem sempre compreendidas”. Desta forma salienta-se a necessidade de se conceituar este objeto de estudo.

De acordo com a definição do Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999), evasão, vem do latim *evasione*, significa o ato de evadir-se, fuga. Segundo o Ministério da Educação e Cultura – MEC – (1997), entende-se por evasão a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, nada mais é do que, a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa.

Segundo o Manual para Produção e Análise dos Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2014), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC–do Ministério da Educação considera-se como aluno evadido aquele que possui mais de 25% de faltas no

período de seu curso e, ainda, como concluinte o aluno que integralizou os créditos e está apto a colar grau³.

Conforme Dore (2011) a evasão pode se referir tanto retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição, ou a não conclusão de um determinado nível de ensino.

A evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto à retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno. (Dore. 2011, p. 775)

Gaiosio (2005) apresenta uma definição bem abrangente sobre a evasão, para ele é “um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos”. Trata-se de um problema social que vem preocupando as IES, pois, provoca inúmeras consequências sociais, acadêmicas e econômicas. O autor ainda elenca como causas desse fenômenos variáveis como a falta de orientação, a imaturidade dos universitários, as reprovações sucessivas, as dificuldades financeiras, pressão familiar, nascimento de filhos.

Para Johann:

A evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola. (Johann, 2012, p. 65)

Para Maia e Meireles (2005), a evasão advém tanto da não integralização do aluno em cursos e programas de estudo, quanto daqueles alunos que se matriculam e desistem antes mesmo de iniciar o curso. Já Scali (2009) e Adachi (2009) consideram evadidos os alunos no momento que deixar, sem concluir, o curso em

³ Aluno apto para obter o respectivo Certificado e/ou Diploma de Curso.

que estava vinculado. Obstante Abbad, Carvalho e Zerbini (2006), a evasão refere-se desistência do aluno em qualquer fase do curso.

A seguir serão apresentados os principais motivos que influenciam os alunos a abandonar o ensino superior.

2.1.1 Tipos de evasão

Tendo em vista que essa saída pode se dar de diversas razões, torna-se mister esclarecer os tipos de evasões. Existem variações nos tipos de evasão e para tipo de evasão se verifica motivação, podendo ser motivação própria ou imposição alheia à vontade do aluno. Cada IES adota uma nomenclatura de acordo com sua realidade.

Para Tinto (1975) e Scali (2009) as evasões voluntárias são aquelas na qual a tomada de decisão é única e exclusivamente do aluno.

No entanto, a saída involuntária foge da vontade particular do aluno, podendo se dar pelo cancelamento da matrícula por pendências de documentos entre outros (ADACHI,2009). Scali 2009 destaca ainda como forma de evasão involuntária o falecimento do aluno e tratamento prolongado por questões de doenças.

Nesse sentido o art. 29, § 1^a do Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos Superiores do IFTO *campus* Palmas, estabelece que “o cancelamento da matrícula no curso pode se dar pela Diretoria do IFTO Campus Palmas, pelo aluno ou representante legal com procuração registrada em cartório, a qualquer momento”.

O desligamento voluntário “(...) da matrícula no curso é feito mediante requerimento protocolado na Coordenação de Comunicação Arquivo e Transporte (CCAT) e encaminhado à CORES⁴”.

Quanto ao desligamento involuntário, o § 3^a, afirma que “o cancelamento da matrícula no curso pela Diretoria de Ensino do IFTO Campus Palmas poderá ocorrer em qualquer época do semestre letivo, por”:

- I. Irregularidades na documentação;
- II. Problema disciplinar caracterizado por grave infração ou reiterada faltas contra dispositivos deste regulamento, regulamento disciplinar do corpo discente, ou qualquer outro regulamento da instituição;
- III. Demais disposições constantes no Artigo 23 (vinte e três).

Os trancamentos quando excedidos, a não renovação da matrícula também constituem nas IES os casos mais comuns de evasão (SCALI, 2009). Outro fator que também configura a evasão é a jubilação que significa que o aluno ultrapassou o período máximo de integralização do curso.

Em relação à evasão por jubilação e trancamentos a ODP do IFTO *campus* Palmas estabelece que:

Art. 30. Será considerado jubilado o aluno que não concluir o curso dentro do prazo máximo de integralização do mesmo.

§1º O prazo para integralização dos Cursos Superiores do IFTO Campus Palmas será o dobro dos semestres previstos para cada curso, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso e o Estágio Curricular Supervisionado (para os cursos que dispõem dessas modalidades de ensino).

§ 2º Serão computados, para efeito de contagem do tempo máximo de integralização curricular, os períodos de trancamento.

⁴ Art. 29, § 2^a do Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos Superiores do IFTO *campus* Palmas.

Lobo (2012) compara o fenômeno da evasão a uma doença silenciosa que na maioria assintomática, que não dar sinais que vai acontecer ou que já está acontecendo. A evasão escolar provoca danos para todos os envolvidos no processo e atinge tanto as instituições privadas como as públicas.

2.1.2 Causas da evasão

No que diz respeito à dimensão conceitual sobre a evasão faz se é imprescindível fazer um estudo sobre suas causas. Comumente está ligada a diversos fatores que são classificados em internos e externos. Segundo Rumberger (2011) fatores relacionados à escola, família e o trabalho podem contribuir para esse fenômeno.

De acordo com Araújo (2012), a evasão por sua vez se consolida pela coincidência com horário de trabalho, ausência de relação entre o currículo e as expectativas do discente, falta de afinidade, falta de conhecimento base, falta de professor, custeio de transporte e o fato de alguns alunos já possuírem o Segundo Grau.

Para Cravo (2012), a evasão pode se dar pelo fato do discente não se identificar com o curso, horário incompatível, dificuldades de aprendizagem, mudança de curso, mudança de cidade, doença e outros.

Machado (2009) acrescenta também como causa da evasão o afastamento da família, o uso de drogas, excesso de atividades propostas pela IES, dificuldades relativas ao processo ensino-aprendizagem, desmotivação, deficiência na formação escolar anterior, distanciamento cultural entre escola e aluno, práticas pedagógicas e aspectos institucionais.

Moreira (2012) assevera ainda como causa a dificuldade de conciliar o horário de estudo e trabalho, necessidade de trabalhar, o fato de a instituição de ensino ser distante de casa e/ou do trabalho, dificuldades financeiras, falta de motivação para continuar os estudos, falta de flexibilidade nos horários para cursar as matérias, excesso de matérias no curso e professores muito exigentes.

Segundo Tinto (1993), o ato de o aluno evadir-se este associado ao processo de interações. O aluno ao buscar um sistema de ensino já tem intenções, objetivos e compromissos institucionais predefinidos, assim ele interage no sistema social e acadêmico da instituição de ensino.

Para Tinto (1993), a evasão ocorre pela falta identificação com o grupo. “Quanto maior o comprometimento do aluno com a instituição e com os seus próprios objetivos, e, elevado for o nível de integração acadêmica e social desse aluno, menor a probabilidade de evasão”. Segundo Cyrulnik (2004), outra característica subjetiva relacionada à evasão é a resiliência, capacidade do aluno de desenvolver habilidades de superação frente a situações que lhe são adversas no processo de interação institucional. Assim, o indivíduo adaptado no processo de interação seria um sujeito resiliente.

Como se pode perceber a evasão pode resultar tanto por uma decisão do aluno (fatores individuais), apresentada com base em motivações de ordem pessoal, e resultante de uma série fatores escolares, socioeconômicos e pessoais, quanto por problemas de ordem institucional (fatores externos).

A seguir no quadro abaixo de elaboração própria, será apresentado um quadro resumo que compila algumas das mais importantes causas que contribuem para o processo da evasão as quais foram apresentadas pelos autores supracitados.

Quadro 1. Motivações para abandono escolar.

Fatores Internos	Fatores Externos ou Individuais
✓ Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino; ✓ Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.); ✓ Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino; ✓ Inclusão social e respeito à diversidade; ✓ Motivação do professor; ✓ Questões didático-pedagógicas.	✓ Falta de Orientação Profissional; ✓ Imaturidade; ✓ Repetência; ✓ Descontentamento com o Curso e sua Futura Profissão; ✓ Desprestígio da profissão; ✓ Razões Socioeconômicas; ✓ Distância entre domicílio e universidade; ✓ Nascimento de filhos / dedicação ao casamento; ✓ Morte / doença grave;

Fonte: Autoria própria (2017)

2.2 Retenção no Ensino Superior

Para realizar o estudo sobre a retenção é essencial realizar revisar acepções, a seguir será apresentado algumas definições e conceitos de retenção adotados em estudos brasileiros.

Segundo o relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, encomendado pelo MEC considera-se retido “o aluno que, apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular fixado pelo CFE⁵, ainda não concluiu o curso, mantendo-se matriculado na universidade” (BRASIL, 1997, p. 23).

De acordo com o estudo de Vasconcelos e Silva (2012), o termo retenção refere-se à condição do aluno que após o período máximo de integralização curricular ainda se mantém matriculado no curso.

Na definição de Vasconcelos e Silva (2012), a retenção é avaliada com base no prazo gasto para a integralização do curso, essa definição não dar a instituição um diagnóstico preciso dos níveis de retenção em um tempo hábil para adotar ações corretivas e preventivas desse índice.

A permanência prolongada de um aluno em um curso ocorre quando o este completa o curso em um tempo maior do que aquele preestabelecido na matriz curricular (Corrêa e Noronha 2004).

Para Ney (2010), a retenção condiciona o aluno a permanecer matriculado no curso mesmo depois de esgotado o tempo suficiente para sua conclusão. Segundo ele, o tempo suficiente é a soma do tempo previsto na matriz curricular do curso mais o número de períodos letivos disponíveis para trancamento.

Segundo Campello e Lins (2008), retido são os alunos que não conclui o curso dentro do tempo habitual ou fez trancamento de matrícula, mesmo que tenha

⁵ Conselho Federal de Educação

ingressado há pouco tempo no curso. É importante ressaltar que em todas as definições o termo retenção é utilizado para se referir a permanência prolongada do aluno na instituição.

A retenção também está associada à reprovação dos alunos nas disciplinas da componente curricular. De acordo com Lautert, Rolim e Loder (2011), retenção é não obtenção do conceito mínimo de aprovação nas avaliações escolares. Nesse sentido Rissi e Marcondes (2011) complementam que se o aluno reprovar por nota, faltas em uma ou mais disciplinas ou reprovar na disciplina essencial também estar na condição de aluno retido.

Considerando as definições ora analisadas, decidiu-se a ao termo retenção a seguinte definição: retenção ou permanência prolongada é a condição a qual o estudante demanda um período maior do que o previsto nas componentes curriculares para integralização do curso.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A justificativa principal da escolha do tema proposto é o envolvimento do pesquisador com o objeto da pesquisa, haja vista ser responsável pela captação, tabulação e posteriormente o tratamento dos dados coletados.

A escolha dos procedimentos metodológicos a serem adotados para a presente pesquisa levou em consideração a classificação proposta por Vergara (2007), quanto aos fins, pode ser classificada como exploratória e quanto aos meios, como bibliográfica e documental. Segundo Richardson (1999), o uso dos métodos em pesquisa é a forma encontrada para corroborar um conhecimento adquirido empiricamente.

Para a execução deste projeto, procedeu-se, de início de um levantamento bibliográfico acerca da evasão e retenção, verificando, assim, suas acepções, tipos causas para então, construir o referencial teórico. A partir daí se fará uma síntese do que se conhece sobre essas duas problemáticas que assolam o ensino superior.

A pesquisa bibliográfica fora de fundamental importância para proporcionar um embasamento para contextualização referente ao objeto de estudo e seus principais conceitos envolvidos

Para Gil (2007, p.44), os exemplos mais característicos deste tipo de pesquisa são sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. (Gil, 2007, p.44).

Para construção do referencial teórico, foi utilizada a pesquisa bibliográfica de autores, artigos científicos, teses e dissertações, em repositórios virtuais e físicos. O enfoque principal da pesquisa se deu na literatura sobre evasão e retenção. “É por meio da revisão bibliográfica que o conhecimento produzido em pesquisas prévias é

reportado, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes para o trabalho.” (GODOY, 2006, p. 10).

Para o levantamento dos dados da pesquisa, também fora utilizada a pesquisa documental, em que se analisaram os dados e informações contidas em regulamentos, decretos, normativas internas e externas, portarias e demais documentos institucionais relacionados ao objeto de pesquisa.

Então, foi apresentada uma amostra da realidade sobre o problema desta pesquisa nos cursos de Gestão Pública e Agronegócio do IFTO, campus Palmas, em um dado intervalo de tempo estipulado a partir do levantamento de dados secundários obtidos no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica *SIGA-EPCT*. Nesse sentido Demo (2012, p. 11), afirma que a forma de retratar a realidade começa com “(...) o trabalho de coletar dados, sistematizá-los e, a partir daí, fazer uma descrição da realidade”.

Para a abordagem do problema da pesquisa, desenvolve-se uma mesma análise quantitativa, considerando que se situou na forma de modelos matemáticos e estatísticos, para melhor análise e compreensão do tema em estudo.

Segundo RICHARDSON (1999) na pesquisa quantitativa o primeiro passo a ser dado é identificar as variáveis específicas que possam ser importantes, para assim poder explicar as complexas características de um problema.

A análise e a interpretação dos dados na pesquisa variam de acordo com a natureza dos documentos utilizados. Para pesquisas que utilizam de dados quantitativos, serão apresentados sob a forma de tabelas, gráficos ou bancos de dados.

A pesquisa quantitativa trabalha com números e usa modelos estatísticos para explicar os dados, buscando encontrar a constância das ocorrências, tanto na coleta como no tratamento dos dados, tornando as informações compreensíveis.

No desenvolvimento deste trabalho será utilizada a pesquisa descritiva. Segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa proporciona novas visões sobre uma realidade já conhecida e assume novas formas de levantamentos, utilizando-se de

gráficos e tabelas para melhor descrever e interpretar os resultados. Após, buscaremos categorizá-los de acordo com a classificação proposta em Brasil (1996)⁶. A sistematização das informações obtidas foi feita através de gráficos e tabelas.

⁶Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

4. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais foram instituídos pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual absorveu as antigas Escolas Técnicas e Centros de Educação Profissional e Tecnológica, equiparação às universidades federais marcando assim, a ampliação da oferta do ensino superior no país.

O Campus Palmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, antiga Escola Técnica Federal de Palmas, iniciou-se em 1989 por meio de um projeto idealizador do Governo do Estado do Tocantins. Em 1991 por meio da Lei nº 310/9, o Estado fez a doação da área para construção da tão esperada unidade.

A antiga Escola Técnica Federal de Palmas foi criada em 30 de junho de 1993, por meio da Lei nº 867/93. Credenciada/recredenciada pela portaria MEC n.º Lei nº 8.670/93 publicada no DOU de 30/06/1993, e, em 21 de dezembro de 1998, tornou-se Autarquia Federal pelo Decreto nº 2980/MEC.

Inaugurada em 2003, nasce com a missa de *“Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional”*.

Ainda no ano de 2003 o IFTO realizou o seu primeiro processo seletivo, oferecendo vagas para os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica e Informática.

A unidade ocupa uma área de 128.508,38m² e é referência em ensino de qualidade na capital do Tocantins e região, com capacidade para atender mais de 4.000 estudantes. Em dezembro de 2005, o IFTO teve seus cursos Superiores de Tecnologia aprovados com conceito A pelo MEC.

Atualmente o *Campus* Palmas oferece 10 cursos superiores: sendo 04 Cursos Superiores de Tecnologia, 04 Licenciaturas e 02 Bacharelados, além de cursos na modalidade de Pós-Graduação em nível de Especialização, cursos

Técnicos Integrados ao Ensino Médio, cursos Técnicos Subsequentes, cursos na modalidade Proeja e cursos Técnicos na modalidade EAD⁷.

4.1 Do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão foi autorizado pela Portaria MEC nº 391 publicada no DOU de 02/02/2006, com previsão de 80 vagas anuais previstas. Distribuídos em 06 semestres com duração mínima de 03 anos e carga horária de 1920h/aulas.

O ingresso ao curso é semestral, com 40 vagas ofertadas e seu funcionamento no turno noturno. As formas de ingresso são: Sistema SiSU; Portador de título, quando houver vagas remanescentes; Transferência Externa além do processo Seletivo Tradicional.

Curso Superior Tecnologia em Gestão Pública tem por objetivo formar profissionais aptos para atuar na área administrativa, de controle financeiro, bem como no planejamento, orçamento e auditoria no setor público Municipal.

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia aprovado em julho de 2006 pela Portaria n.º 10:

O tecnólogo em Gestão pública atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, este profissional busca a otimização da capacidade de governo. o trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a este tecnólogo (BRASIL, 2006, p. 37).

Os diplomados no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, assim como os bacharéis em administração têm direito a registro no Conselho Regional de Administração – CRA –, de acordo com a Resolução Normativa CFA nº 374, de 2009.

7 Informações disponibilizadas no sítio eletrônico do IFTO – campus Palmas: portal.iftto.edu.br/palmas/

4.2 Do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio foi autorizado pela Resolução n.º 18/2008/CONSELHO SUPERIOR/IFTO, de 24 de junho de 2008 e reconhecido pela Portaria MEC n.º 822, de 30 de dezembro de 2014. É distribuído em 06 semestres com duração mínima de 03 anos e carga horária de 2700h/aulas.

Anualmente são ofertadas 80 vagas no turno noturno. Em resumo, as formas de ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio são: Sistema SiSU; Portador de título, quando houver vagas remanescentes; Transferência Externa além do processo Seletivo Tradicional.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio objetiva formar especialistas capazes de gerir e atuar na produção, comercialização, importação, exportação e industrialização de produtos agropecuário. Sua criação veio de encontro a sanar a necessidade deste profissional para atuar no processo de desenvolvimento Estado do Tocantins.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresentou os achados da pesquisa de modo que, seja possível identificar os elementos que respondem ao problema e aos objetivos do trabalho.

A organização do capítulo ocorreu a partir da categorização dos dados para inicialmente apresentar uma descrição de como ocorreu o fluxo de alunos nos cursos Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Agronegócio do IFTO campus Palmas entre os anos de 2008 e 2016, focando principalmente na oferta de vagas ofertadas pelos cursos, no preenchimento das vagas, na evasão dos alunos nos cursos, na quantidade de formaturas e no índice de formatura dos cursos, e por fim, no quantitativo de alunos retidos dos cursos.

5.1 Da oferta de vagas

O levantamento do número de vagas ofertadas foi obtido através de uma análise documental minuciosa realizada nos editais dos processos seletivos elaborados pelo IFTO entre os anos de 2008 a 2016. Nesse período constatou-se que foram ofertadas 720 vagas para o curso de Gestão Pública.

Constatou-se também que em alguns momentos em que os quantitativos sofreram significativas alterações, sendo preciso à realização de processos seletivos suplementares para o preenchimento das vagas ofertadas.

Tabela 01. Oferta de vagas CST em Gestão Pública

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total de alunos	80	80	80	80	80	80	80	80	80

Fonte: IFTO/Seletivos. Elaboração própria

Quanto ao Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, o levantamento procedeu-se como o anterior, através da análise dos processos seletivos anteriores, porém entre os anos de 2009 a 2016. Neste íterim tem se registro que foram ofertadas 640 vagas.

5.2 Alunos ingressantes

O número total de ingressantes no curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, oferecido pelo IFTO, semestralmente ao longo dos anos de 2008 a 2016, foi de 494 vagas, uma média de 30 alunos por semestre, sendo que 90% ingressaram entre os anos de 2011 a 2016, o que representa 447 alunos e media de 37,2 alunos/semestre. Sendo que 52,22% são do sexo feminino e 47,78% são do sexo masculino.

Tabela 02. Ingressantes 2008 a 2016: CST Gestão Pública

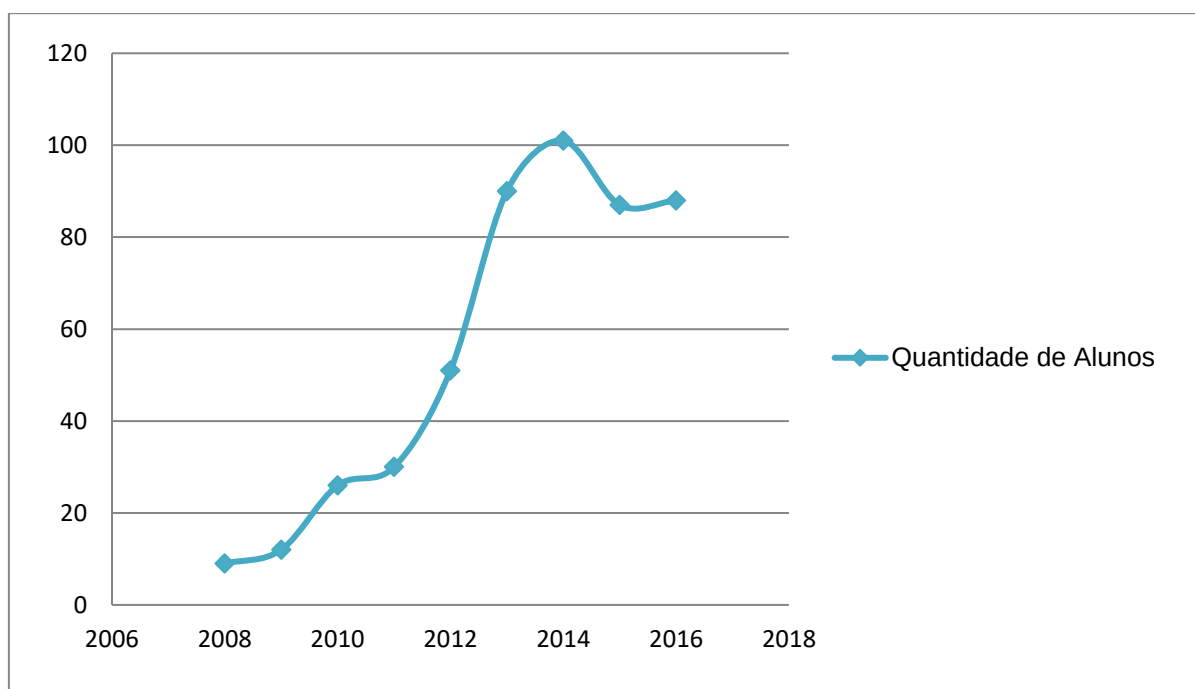
Ano	Quantidade de Alunos
2008	9
2009	12
2010	26
2011	30
2012	51
2013	94
2014	101
2015	87
2016	88
Total	494

Fonte: SIGA-EDU/IFTO. 2008 a 2016. Elaboração própria

Analisando o período compreendido entre 2008 a 2016, pode-se aferir por meio da tabela 02 que houve um aumento constante do número de ingressantes no curso de Gestão Pública. Tal aumento manteve-se estável até o ano de 2014, seguindo de uma queda de 13,87% em 2015. Registrou-se em 2014, conforme mostra tabela 02 acima o maior número de ingressos.

O gráfico abaixo expressa visualmente como se deu a evolução do número de ingressos no período analisado.

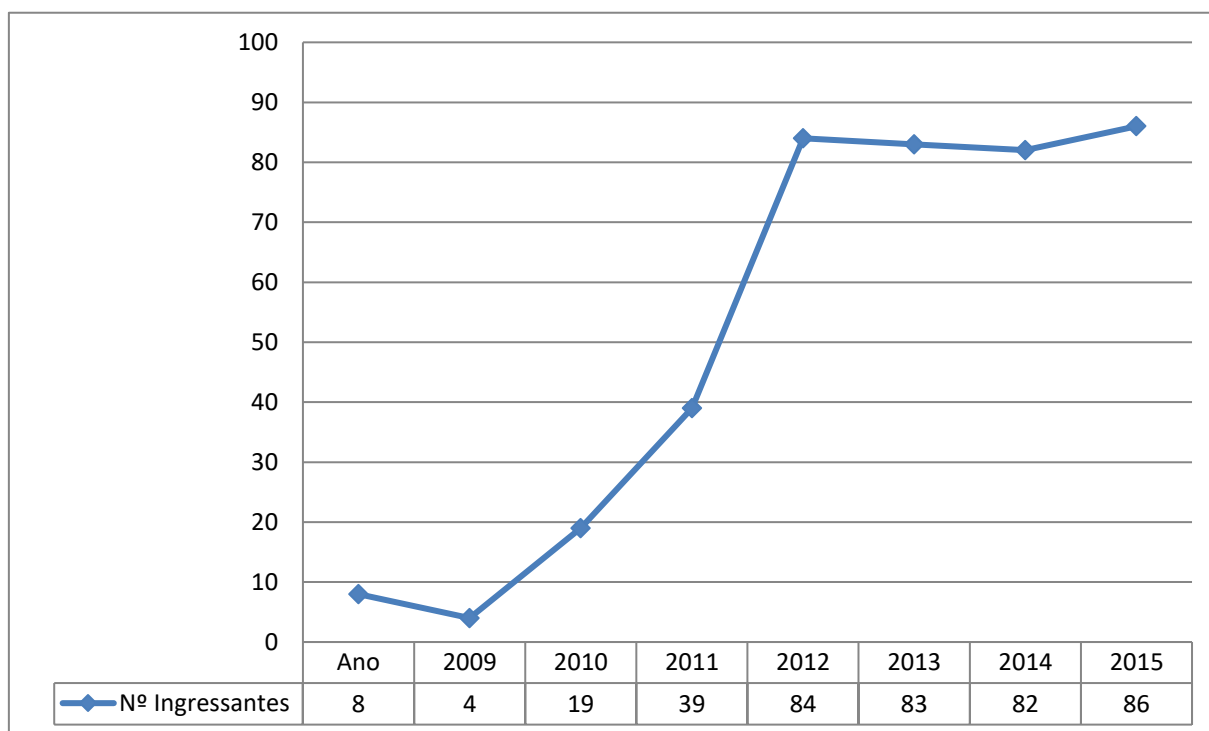
Gráfico 01. Evolução do número de estudantes matriculados



Fonte: SIGA-EDU/IFTO. Extração em agosto de 2017. Elaboração própria

Quanto ao Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, observou-se que o número total de ingressantes ao longo dos anos de 2009 a 2016, foi de 405, representando uma média de 50 alunos por anualmente e 25 alunos por semestre.

Observou-se por meio da análise dos dados obtidos pelo SIGA-Edu que 50,37% dos ingressantes são do sexo feminino e 49,63% do sexo masculino. Observa-se ainda, que o maior número de ingressantes fora registrado no ano de 2015 representando cerca de 21% do total registrado em todo o período estudado.

Gráfico 02. Evolução do número de estudantes matriculados: CST Agronegócio

Fonte: SIGA-EDU/IFTO. Extração em agosto de 2017. Elaboração própria

Pondera-se ressaltar que a Coordenação de Registros Escolares (Cores) do IFTO passou por uma transição no seu sistema de gestão acadêmica. A Portaria nº157/2012/REITORIA/IFTO, de 08 de maio de 2012 instituiu o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA-EDU, como Sistema de Gestão Educacional no âmbito do IFTO então vigente.

Contudo, pode-se constatar que algum momento os quantitativos sofreram significativas alterações com a mudança do sistema, sendo que alguns dados podem ter sido extraviados, fato que pode não contemplar a realidade de ingressantes.

5.3 Dos Índices de Evasão

O percentual de evasão acumulado, no CST em Gestão Pública no período de 2011 a 2016 é de 30,56%, sendo dos 494 ingressantes, apenas 17% chegaram a colar grau, 8,5% desligaram-se do curso, 2,83% encontra-se com a matrícula trancada, 32,38 estão em curso, 6,68% estão regularmente matriculados, 0,6% foi transferido, 1% encontra-se em fase de integralização do curso e os 0,4% veio a óbito.

Tabela 03: Evasão acumulada de 2008 a 2016 CST Gestão Pública

Nº Matriculado no período	494
Nº Evadido	150
Nº Formado	84
Nº Desligado	42
Nº de Trancamentos	14
Nº Transferido	3
Fase de Conclusão	5
Outros	2
Matriculados	33
Em Curso	160

Fonte: SIGA-EDU/IFTO. Período 2008 a 2016. Elaboração própria

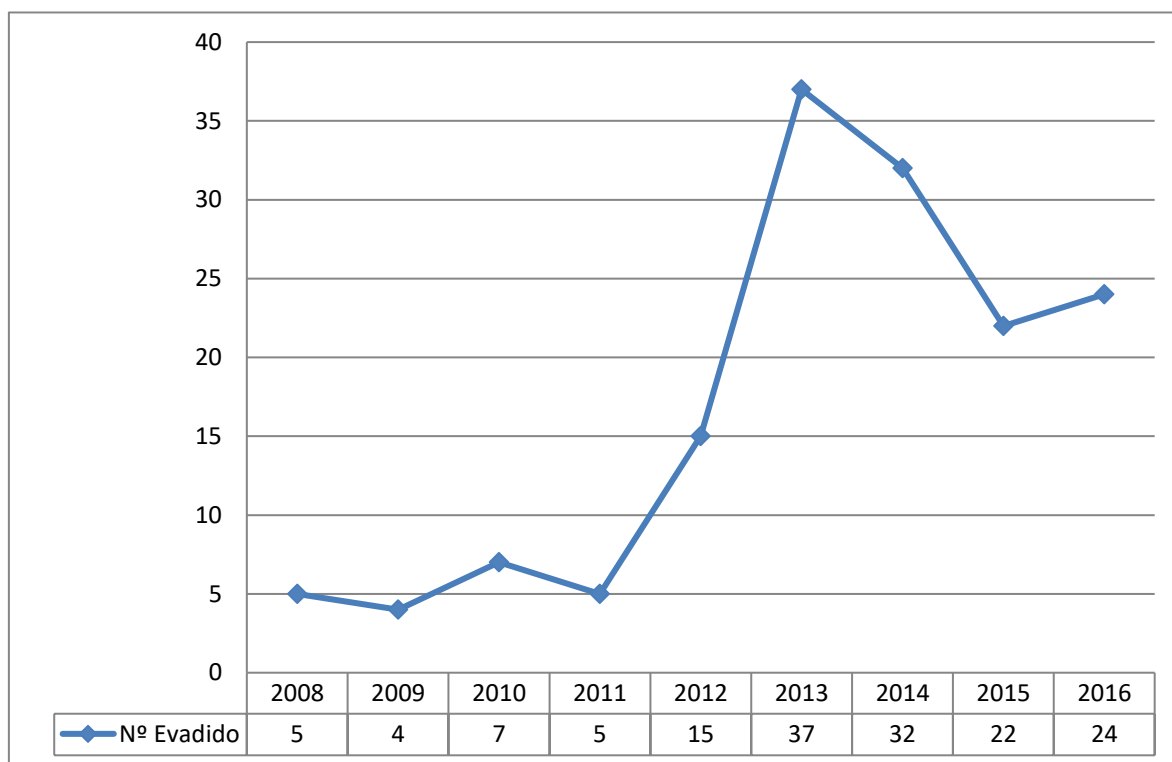
Ao analisando a quantidade alunos evadidos por período representada no gráfico 02, contata-se que ocorreu no ano de 2013 um número bastante elevado de evasões, cerca de 40,56% de todos os períodos, ora analisados.

O ano de 2013, conforme fora mostrado na tabela 02, 2013 foi o ano com o maior número de ingressantes registrado entre os anos de 2008 a 2016. Porém, é possível verificar que 41% dos ingressantes no ano de 2013 evadiram-se, no transcorrer dos anos de 2013 a 2016.

Esse elevado número de evasões, registrado de 2012 a 2013, demonstra haver a tendência de fatos geradores, culminando assim tal acréscimo que motivam os alunos a evadirem-se, seja este a execução de regras institucionais que determinam o desligamento de alunos ou acontecimentos não normativos, tais como as greves docentes. É válido lembrar que o período de 2011 a 2013 foi marcado por sucessivas greves institucionais.

O gráfico 02 representa a evolução do índice de evasão acumulada entre os períodos de 2008 a 2016. Veja:

Gráfico 03. Evolução acumulada da evasão no período



Fonte: SIGA-EDU. 2008 a 2016. Elaboração própria

Ao efetuar análise da tabela 04, em termos de número de alunos evadidos por número de alunos ingressantes, verifica-se que o percentual de evadidos eleva-se na medida em que aumenta o número de novas matrículas.

Aferiu-se que do ano de 2011 a 2014 o número de ingressantes aumentou 336,66%, bem como, o percentual de evasão. O maior índice de alunos que abandonaram o curso foi registrado em 2013.

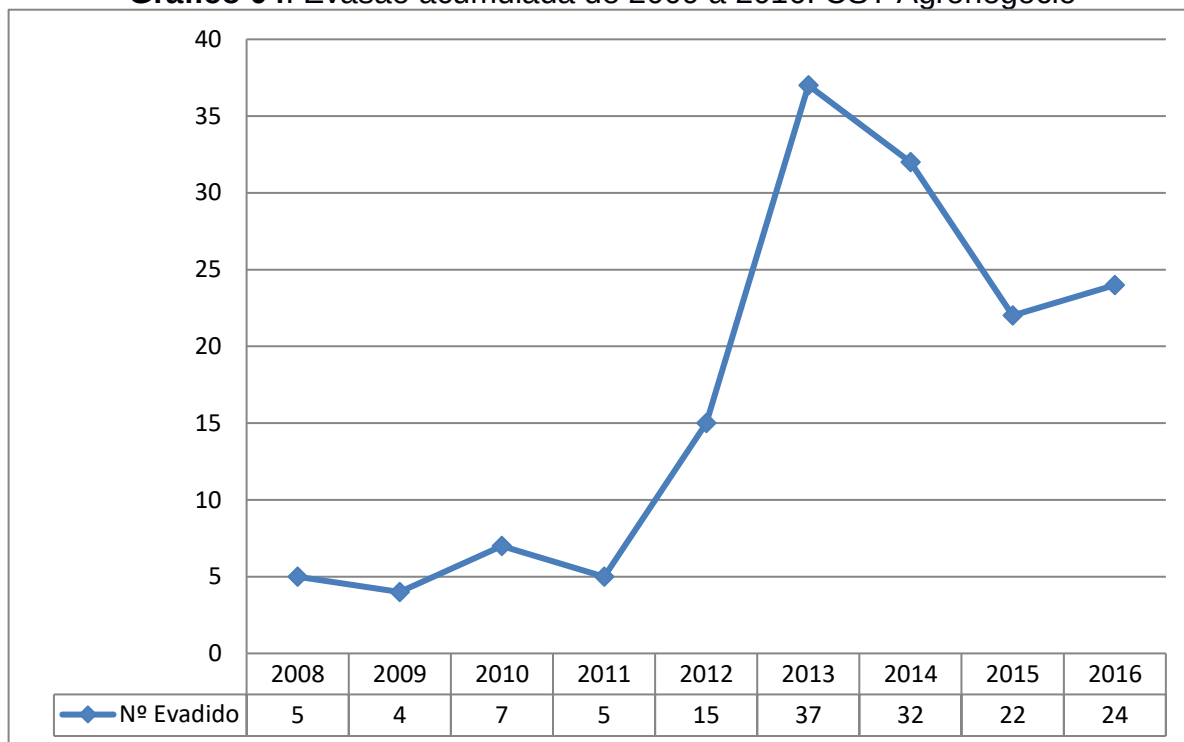
Tabela 04: percentual evadidos/ingressantes: CST Gestão Pública

Ano	Nº Ingressantes	Nº Evadidos	Percentual de evasão
2008	9	05	56%
2009	12	04	33%
2010	26	07	27%
2011	30	05	17%
2012	51	15	29%
2013	90	37	41%
2014	101	32	32%
2015	87	22	25%
2016	88	24	27%

Fonte: SIGA-EDU. 2008 a 2016. Elaboração própria

Neste íterim, no curso Superior em Agronegócio verifica-se que dos 405 alunos ingressantes, apenas 16% chegaram a concluir o curso, 11% desligaram-se do curso, 4,5% trancaram o curso, 35% estão em regulamente curso, 1% estão matriculados, 0% foi transferido, 1% encontra-se em fase de integralização do curso.

Ao aferir o gráfico abaixo se constata que a elevação no número de evasões seguiu a tendência do curso de Gestão Pública, registrando um maior percentual entre os anos de 2012, 2013 e 2014.

Gráfico 04: Evasão acumulada de 2009 a 2016. CST Agronegócio

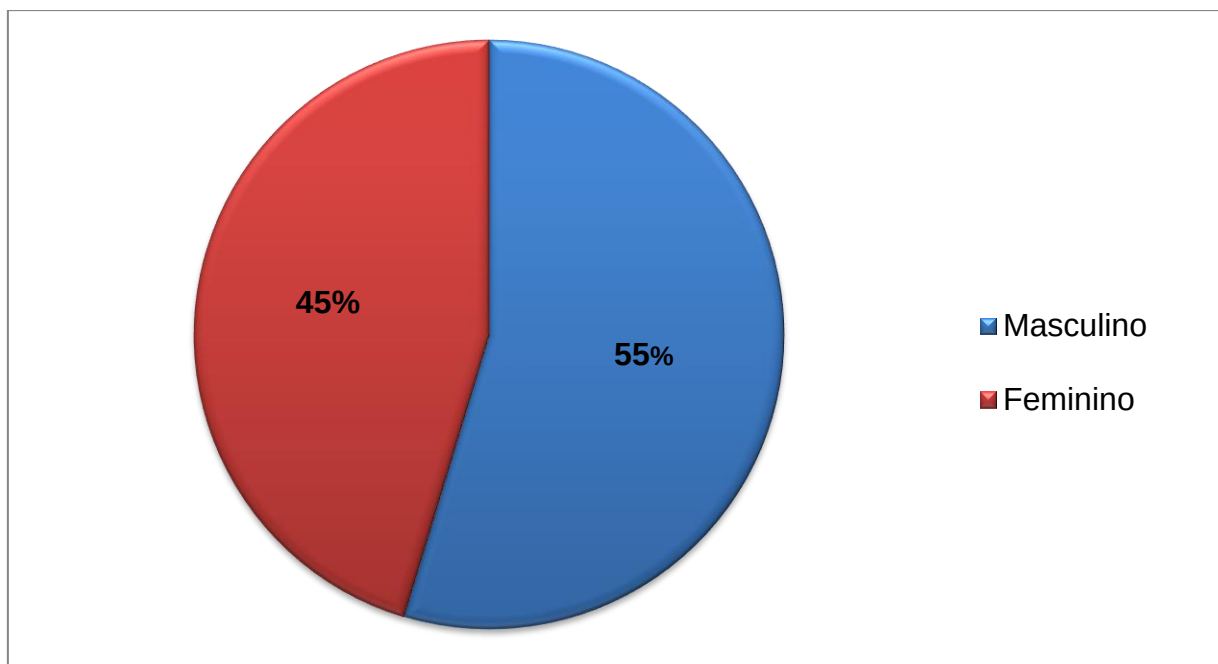
Fonte: SIGA-EDU. CST Agronegócio. 2009 a 2016. Elaboração própria

5.3.1 Do perfil dos alunos evadidos

Para uma melhor sistematização do perfil dos alunos evadidos, buscou-se categorizá-los, primeiramente por sexo, estado civil, faixa etária e posteriormente mensurar o tempo de permanência no curso.

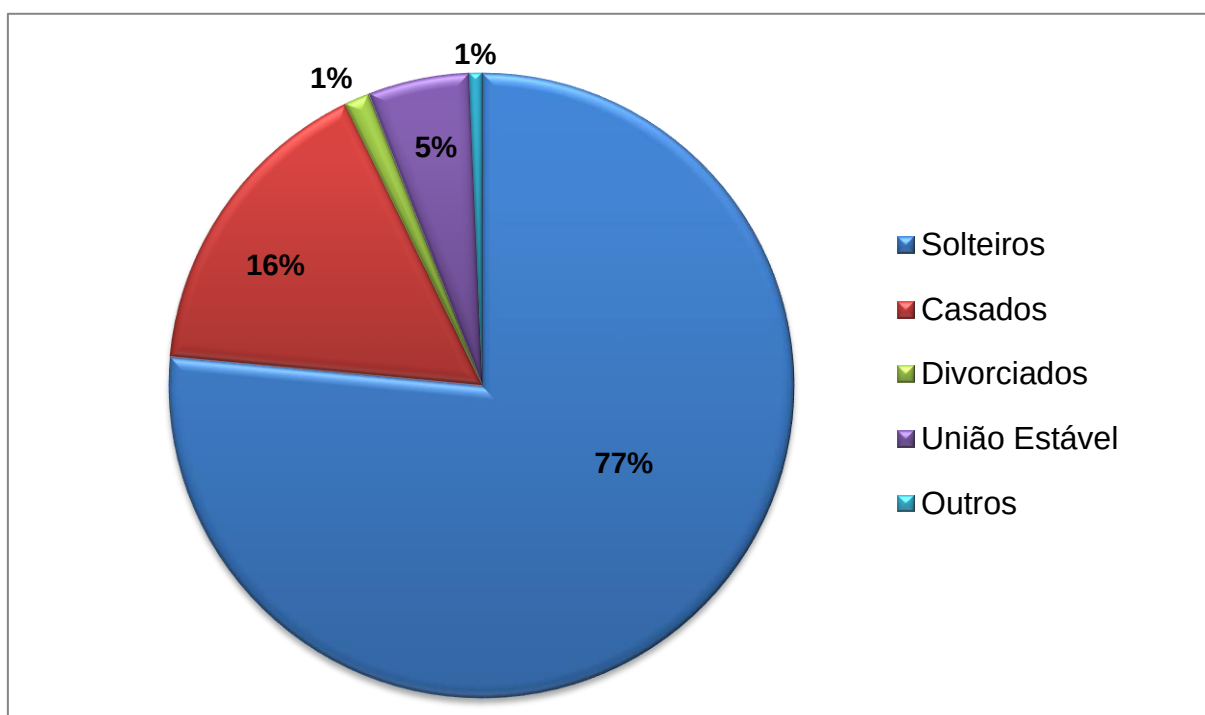
Com base nas teorias referenciadas neste projeto tal categorização faz-se mister, tendo em vista que a idade e o estado civil são fatores externos que influenciam diretamente na permanência ou não do aluno no curso. O primeiro porque a teoria nos mostra que a imaturidade e a falta de orientação profissional contribuem para o abandono do curso superior. O segundo porque muitos alunos abandonam o curso para dedica-se ao casamento e filhos.

Quanto à categorização por sexo dos alunos evadidos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, entre os anos de 2008 a 2016 contatou-se que do total de alunos que abandonaram o curso:

Gráfico 05. Sexo alunos

Fonte: SIGA-EDU. CST Gestão Pública. 2008 a 2016. Elaboração própria

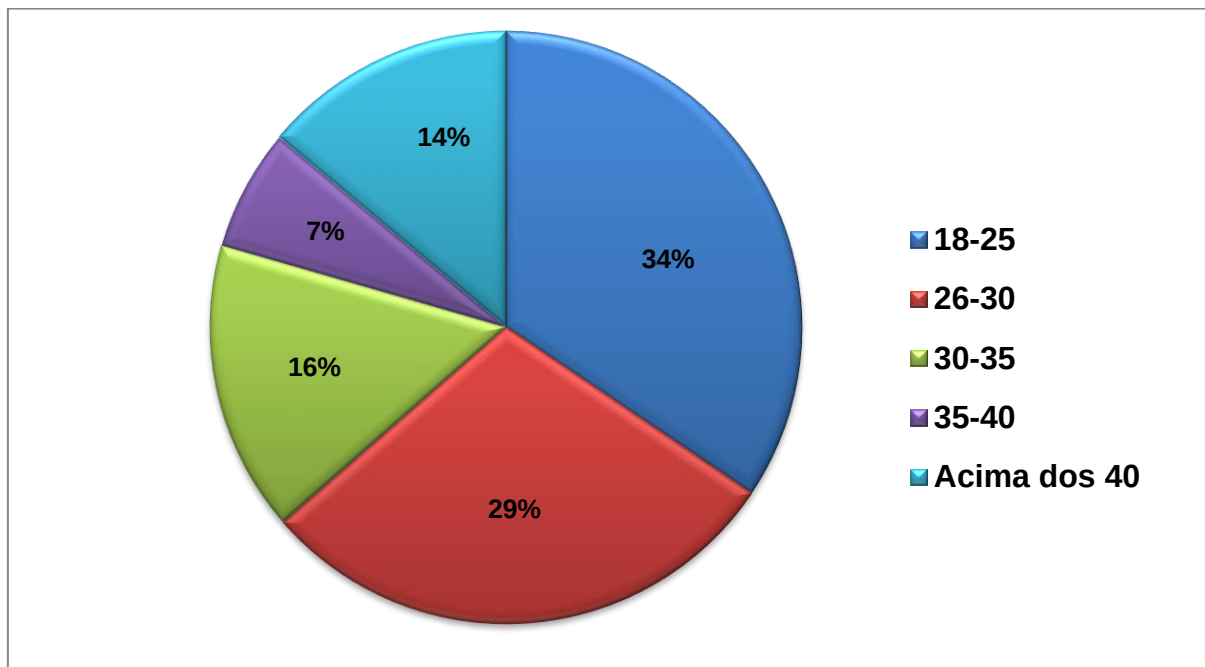
Em relação ao estado civil alunos evadidos CST Gestão Pública, constatou-se que 77% que abandonaram o curso são solteiros. Veja:

Gráfico 06. Estado Civil

Fonte: SIGA-EDU. CST Gestão Pública. 2008 a 2016. Elaboração própria

Quando a faixa etária alunos evadidos CST Gestão Pública:

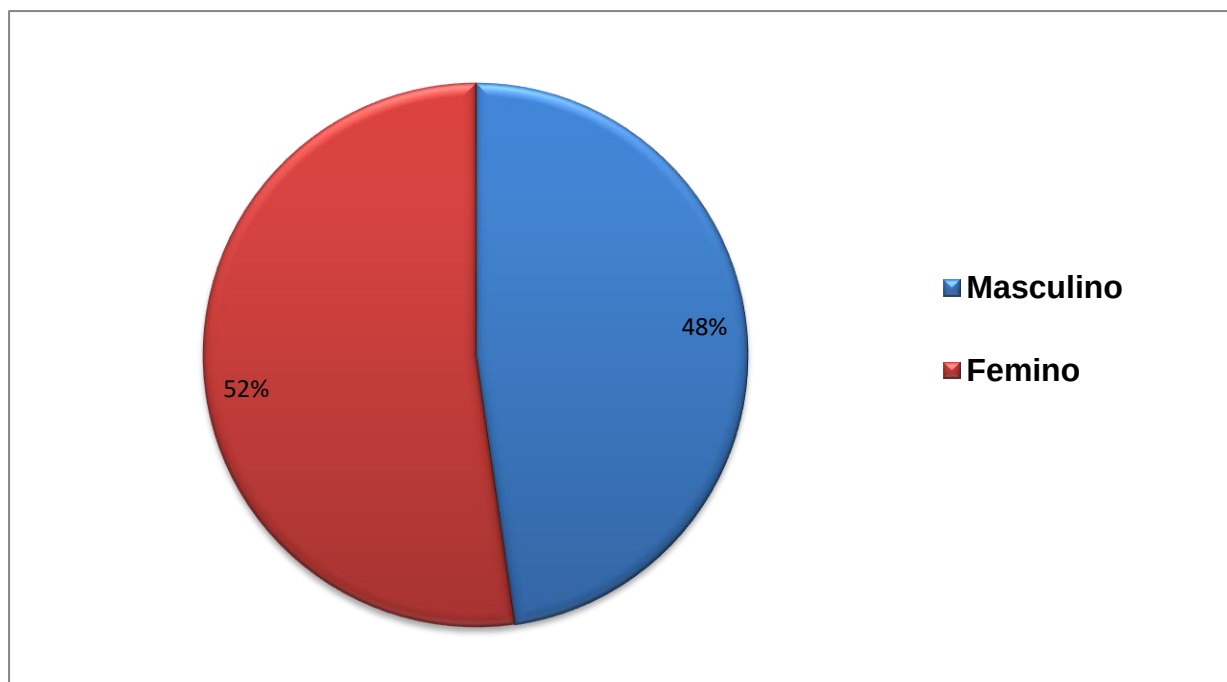
Gráfico 07. Alunos evadidos



Fonte: SIGA-EDU. CST Gestão Pública. 2008 a 2016. Elaboração própria

Quanto ao sexo dos alunos evadidos do Curso Superior em Agronegócio, percebeu-se que 52% dos evadidos são do sexo feminino. Veja:

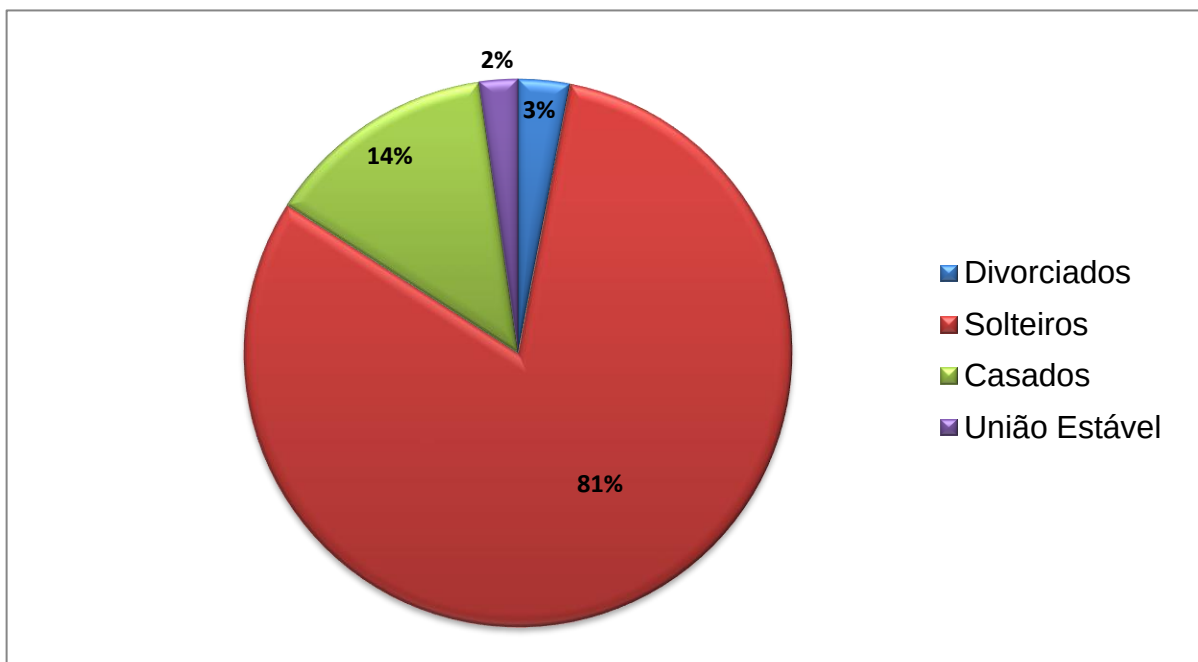
Gráfico 08. Sexo alunos



Fonte: SIGA-EDU. CST Agronegócio. 2009 a 2016. Elaboração própria

Quanto ao estado civil alunos evadidos CST em Agronegócio.

Gráfico 09. Estado Civil

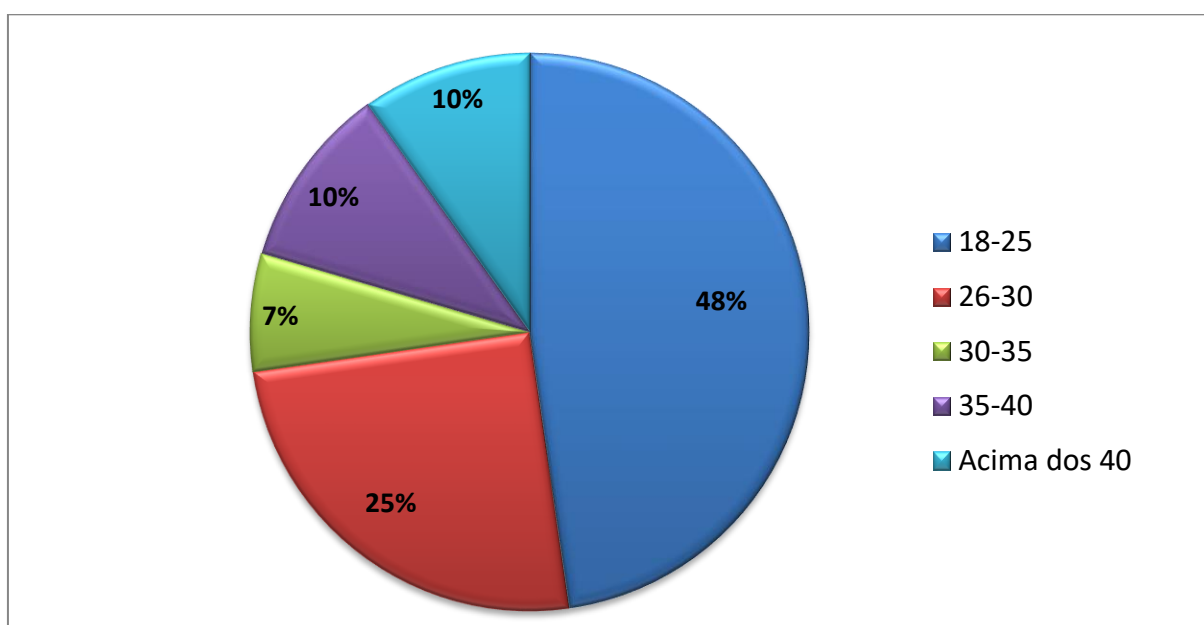


Fonte: SIGA-EDU. CST Agronegócio. 2009 a 2016. Elaboração própria

Assim como na análise do curso de Gestão Pública, se observou que a maioria dos evadidos são solteiros.

Quando a faixa etária alunos evadidos CST Agronegócio:

Gráfico 10. Faixa Etária



Fonte: SIGA-EDU. CST Agronegócio. 2009 a 2016. Elaboração própria

Caracterizado os perfis dos alunos evadidos nos cursos analisados, observa-se que em ambos os cursos apresentaram um comportamento quase que idênticos. Verificou-se que tanto no curso de Gestão Pública quanto no de Agronegócio o maior percentual de alunos que abandonam a sala de aula são solteiros com faixa etária de 18 a 25 anos.

Tal constatação requer uma análise mais aprofundada a fim de se averiguar as causas que levam estes jovens a abandonarem o ensino superior. No entanto, como o objetivo deste trabalho foi apenas de sintetizar as informações. Cabe aos gestores competentes tomarem conhecimento desta pesquisa e buscarem ações que vão de encontro a solução deste problema.

5.4 Formados e Índice de Formatura

O índice de formatura no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública entre os anos de 2008 a 2016 apresentou certa estabilidade durante maior parte do período, sem apresentar significativas variações, seguindo um breve decréscimo em 2011, demonstrados na tabela 05. Há, no entanto, alguns momentos em que estes indicadores sofreram variações mais contundentes, sendo em 2013 a principal delas, quando ocorreu redução de 10,82 pontos percentuais em relação ao período anterior de formados.

Tabela 05: Alunos formados no curso de Gestão Pública IFTO

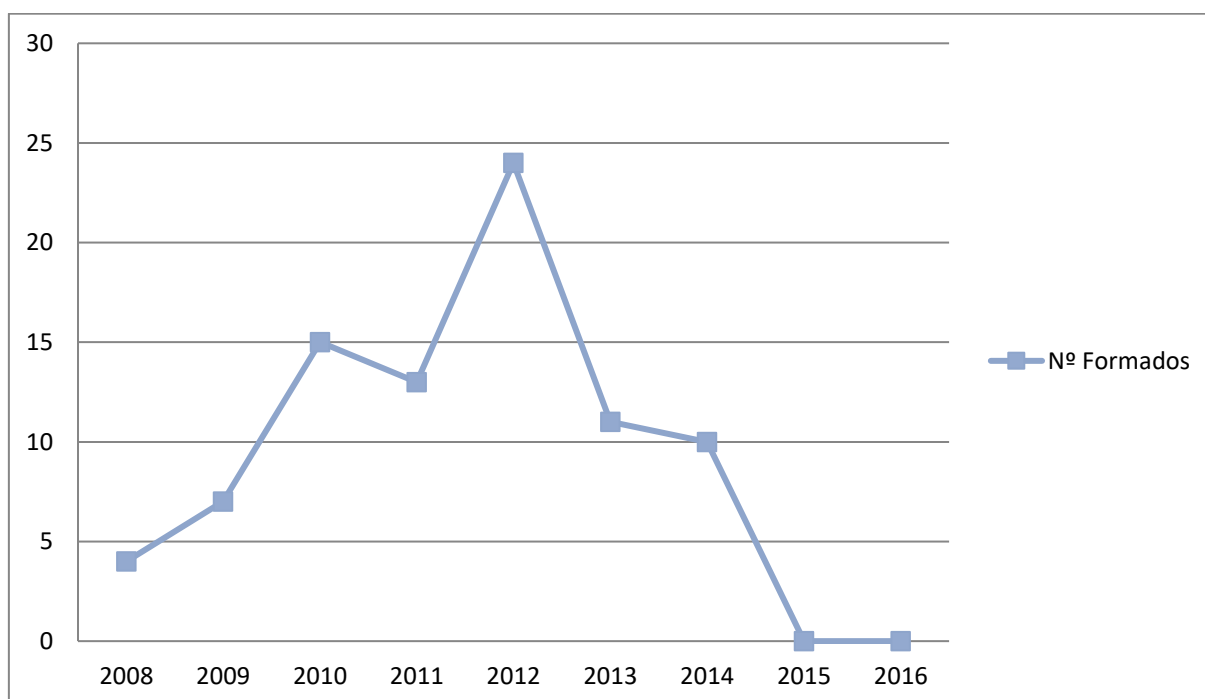
Ano	Nº Ingressantes	Nº Formados	% Formados
2008	9	4	44,44%
2009	12	7	58,33%
2010	26	15	57,69%
2011	30	13	43,33%
2012	51	24	47%
2013	90	11	12%
2014	101	10	9,9%
2015	87	X	X
2016	88	X	X

Fonte: SIGA-EDU. 2008 a 2016. Elaboração própria

A análise da evolução que se propôs a presente pesquisa teve início em 2011 com uma taxa de 43,33% dos possíveis formandos tendo concluído seus respectivos cursos e finalizando em 2016 apresentando índices inferiores, já com 12% e 9% dos alunos formados em 2013 e 2014, respectivamente.

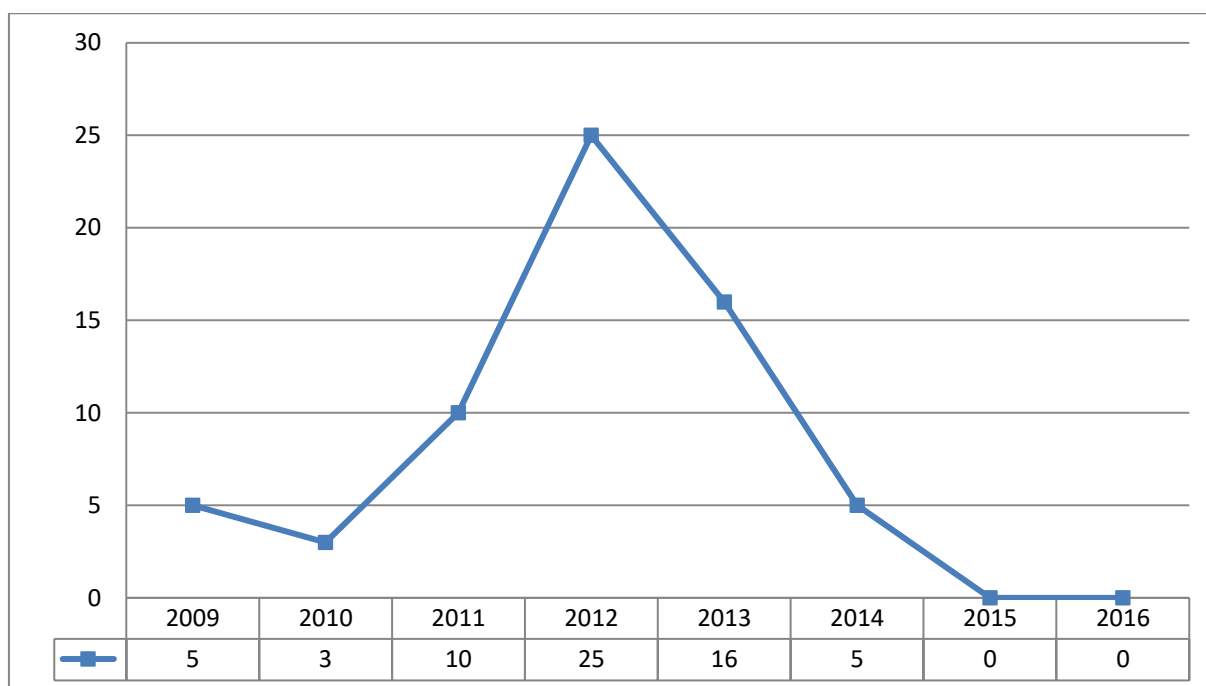
Tal redução se deve principalmente ao número de aptos a formatura no período ter tido uma queda superior ao número de formados, mesmo que este quantitativo de formatura ter sido relativamente baixo comparando-os aos outros períodos da pesquisa, com apenas 84 alunos de toda instituição efetivando a conclusão do respectivo curso.

Gráfico11: Índice formandos em Gestão Pública



Fonte: SIGA-EDU. 2008 a 2016. Elaboração própria

Sob a perspectiva do CST em Agronegócio, nota-se que o número de alunos que chegaram a concluir o curso apresentou comportamento similar aos do CST em Gestão Pública. Verifica-se que até o ano de 2012 fora crescente e que, a partir de 2013 tal índice despencou.

Gráfico12: Índice formandos em Agronegócio

Fonte: SIGA-EDU. 2009 a 2016. Elaboração própria

É oportuno ressaltar que as análises supracitadas não levaram em consideração os alunos ingressantes entre os anos de 2015 e 2016, apesar de constituírem objeto de estudo desta referida pesquisa. Tal exceção justifica-se pelo fato de que dentro do prazo regular previsto para a integralização do curso não ter sido possível sua conclusão.

Destarte, constatou-se que no CST Agronegócio:

No ano de 2009 ingressaram no curso um total de 08 (oito) alunos do total formaram-se cinco, a colação de grau deu-se da seguinte forma: em 2014 colou grau 01 aluno; em 2015 colou grau 01 aluno e em 2016 colaram grau 03 alunos.

Da turma de 2009 verificou-se que o tempo médio de conclusão dos ingressantes em 2009 foi de seis semestres a mais que o previsto no PPC do curso.

No ano de 2010 ingressaram no curso um total de 08 (oito) alunos do total formaram-se cinco, a colação de grau deu-se da seguinte forma: colaram grau 02 alunos em 2014 e apenas 01 no ano de 2015. Nesta turma, como supracitado acima (turma de 2010) apesar de baixo número de formandos percebe-se a maioria das colações ocorreram dentro do prazo regular para conclusão.

- Dos ingressantes do ano de 2011, de um total de 39 alunos, formaram-se dez alunos: sendo que 06 deles colara grau em 2014 e 04 no ano de 2015.
- Em 2012 foram matriculados 84 alunos. Chegaram a concluir grau ate o primeiro semestre de 2017 vinte e cinco alunos: sendo 04 alunos em 2015; 09 alunos em 2016 e 12 alunos em 2017.
- Em 2013 ingressaram 83 alunos, formaram-se dezesseis: sendo que 12 deles colaram grau em 2016 e quatro em 2017.
- **Dos 82 ingressantes do ano de 2014** formaram-se **apenas cinco alunos** ate o primeiro semestre de 2017.

A partir dos dados supracitados pode-se constatar que no curso Superior em Agronegócio apesar de apresentar um quantitativo de formandos baixo e ter decrescido nos últimos anos, nota-se que cada vez mais alunos vêm concluindo o curso dentro do prazo regular para sua integralização. Neste íterim, no CST Gestão Pública observou-se que:

- **Dos 09 alunos matriculados no ano de 2008**, apenas 04 chegaram a concluir o curso:

2014	2015	2016
01	02	01

- **Foram 12 os alunos matriculados em 2009**, apenas 07 chegou a integralizar o curso:

2015	2016	2017
05	01	01

- **Em 2010 houve 26 ingressantes**, destes **15** concluíram o curso:

2014	2015	2016	2017
02	07	03	03

- **Em 2011 matricularam-se 30 alunos**, sendo que apenas **13** deles vieram a concluir o curso:

2014	2015	2016	2017
02	06	03	02

- Em 2012 matriculam-se 51 alunos, desse total apenas 24 concluíram o curso:

2014	2015	2016	2017
01	03	12	08

- Em 2013 ingressam 90 alunos, sendo que apenas 11 conseguiram colar grau:

2016	2017
07	04

- Em 2014 foram 101 o número de alunos ingressantes, sendo apenas 10 concluíram grau:

2015	2016	2017
03	01	06

Destarte, no curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, observa-se que a maior parte dos alunos que veem concluindo o curso em um número de semestres superior ao definido pelo curso, ou seja, atrasam a conclusão. Constatase que em média eles levam 5 semestres a mais, ou seja, 2 anos e meio.

5.5 Retidos e índice de Retenção no Curso de Gestão Pública

Entende-se por retidos, os alunos vinculados a um determinado curso a um número superior ao definido no curso como o número de semestres para integralização da sua grade curricular. A retenção se dar tanto pelos trancamentos realizados pelos alunos quanto pelo não aproveitamento do componente curricular obrigatório seja por falta ou reprovação.

De acordo com análise das grades curriculares, ementas e PPCs de ambos os cursos analisados, o prazo para integralização é previsto para 03 anos, ou seja, 06 semestres. Se assim fosse cumprida o prazo para colação procederia da seguinte forma:

Tabela 04: Prazo para integralização do curso

Alunos ingressantes em	Previsão para Conclusão
2008	2010/2 a 2011/1
2009	2011/2 a 2012/1
2010	2012/2 a 2013/1
2011	2013/2 a 2014/1
2012	2014/1 a 2015/1
2013	2015/2 a 2016/1
2014	2016/2 a 2017/1
2015	2017/2 a 2018//1
2016	2018/2 a 2019/1

Fonte: PCC CST Gestão Pública e Agronegócio

No entanto, após análise dos dados obtidos pelo SIGA-Edu no qual comparou os alunos matriculados, evadidos e concluintes constatou-se que atualmente do número total de alunos regularmente matriculados no curso de Gestão Pública 27,35% deles encontra-se retidos, ou seja, já excederam o tempo previsto para integralização do curso.

Enquanto isso o curso de Agronegócio apresenta índice de 16,29% de retenção, apresentando assim um maior aproveitamento.

A taxa de retenção esta relacionada aos trancamentos de matrícula, à reprovação dos alunos nas disciplinas da componente curricular, por nota e faltas. Tudo isso faz com que o aluno permaneça no curso por um período superior ao previsto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No histórico das ofertas de vagas ofertadas pelos processos seletivos regulares, nos dois cursos analisados nesta pesquisa, constatou-se que o número total de ingressantes no período estudados foi inferior às vagas ofertadas.

Destarte, observa-se que a quantidade de alunos ingressantes, nos dois cursos analisados nesta pesquisa, foi superior ao número de vagas disponibilizadas anualmente. Pode-se aferir um retorno dos alunos evadidos. No entanto, tal número elevado demonstra uma falta de planejamento da gestão acadêmica, em não prever dentro do número de vagas ofertadas anualmente o retorno destes alunos, o que pode demandar uma maior alocação de recursos públicos além da programada para o exercício financeiro.

A taxa de evasão acumulada nos cursos é a relação entre o número de evadidos dos cursos e o número de ingressantes contabilizados ao final do ano letivo. Pode-se perceber uma tendência crescente da evasão ao longo dos anos. Tal tendência é proporcional ao número de ingressantes.

Estudos revelam que os alunos que estão retidos, cujo tempo de permanência no curso é superior ao ideal, são geralmente alunos que tendem a não efetivar sua formatura.

Neste contexto, os alunos que efetivamente formam ficam retidos em média por cinco semestres no curso de Gestão Pública após o tempo ideal de formatura. Já no curso de Agronegócio observa-se que esse número se reduz a três semestres. E, a partir disto as chances destes alunos efetivarem a conclusão do curso tendem a diminuir consideravelmente.

E se nota neste contexto que o aluno de Gestão Pública se forma com 2,5 após o prazo normal enquanto agronegócio se forma no prazo regular. E em sua maioria, têm-se que o sexo não é fator determinante, contudo a idade e o estado civil mostra que os solteiros com idade entre 18 e 25 anos contribuem mais para a evasão.

7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. J. M. Evasão no PROEJA: estudo das causas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do maranhão/IFMA. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2012.

Brasil, M.(1997) Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/102/diplomacao.pdf>. Acesso em: 15jul. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Superior – SESu. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas. Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 134p. 1997.

Brasil, S. (2014) *Manual de Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Brasília*. Disponível em: http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_indicadores_gestao_exercicio2014.pdf Acesso em 15 de julho de 2017.

CAMPELLO, A. de V. C.; LINS, L. N. Metodologia de análise e tratamento da evasão e retenção em cursos de graduação de instituições federais de ensino superior. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28., 2008, Rio de Janeiro.

CORRÊA, A. C. C.; NORONHA, A. B. Avaliação da evasão e permanência prolongada em um curso de graduação em administração de uma universidade pública. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 7., 2004, São Paulo. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7Semead/paginas/artigos_recebidos/Ensino/ENS10__Avaliacao_da_evasao_e_permanencia_prol.PDF>.

CRAVO, A. C. *Análise das causas da evasão escolar do curso técnico de informática em uma faculdade de tecnologia de Florianópolis*. Revista Gestão Universitária na América Latina –GUAL, v. 5, n. 2, p. 238-250, ago. 2012. <http://doi.org/10.5007/1983-4535.2012v5n2p238>

Cyrulnik, B. (2004). *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011

FILHO, Roberto Leal Lobo Silva et al. **A evasão no ensino superior brasileiro**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

Gaioso, N. P. de L. (2005) O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. UFRG. 2008

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, A. A. Considerações sobre evasão escolar no ensino superior. *Revista Nuances: estudos sobre educação*, v.6, n.6, p. 90-106, 2000.

LAUTERT, L. V. dos S.; ROLIM, M.; LODER, L. L. Investigando processos de retenção no âmbito de um curso de engenharia elétrica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 39., 2011.

MACHADO, M. R. *A evasão nos cursos de agropecuária e informática / nível técnico da escola agrotécnica federal de Inconfidentes - MG (2002 a 2006)*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MOREIRA, P. R. *Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

NEY, O. A. D. S. Sistemas de informação acadêmica para o controle da evasão. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Superiores do IFTO – *campus* Palmas

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de C. M. **A Evasão no Ensino Superior Brasileiro**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:** as etapas históricas da educação profissional no Brasil. Trabalho apresentado na IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>. Acesso em junho de 2017

Tinto, V. (1993.) *Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago, 312 p

TONTINI, G. WALTER, S. A. Pode-se identificar a propensão a reduzir a evasão de alunos? ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. *Revista Avaliação*, Campinas, Sorocaba, v.19, n. 1, p. 89-110, mar. 2014.

VASCONCELOS, A. L. F. de S.; SILVA, M. N. da. Uma investigação sobre os fatores contribuintes na retenção dos alunos no curso de ciências contábeis em uma IFES: um desafio à gestão universitária. *Registro Contábil*, v. 2, n. 3, p. 21-34, 2012.

¹ Disponível em: <http://portal.ifto.edu.br/iftoreitoria/pro-reitorias/proen/diretorias/assuntos-estudantis/permanencia-e-exito/relatorios/relatorio-quantitativo-de-evasao-e-retencao-no-iftoreitoria.pdf/view>